

CRISE DEMOGRÁFICA

Debate no Parlamento dos Jovens

Jovens alienados à realidade portuguesa?
Jovens desatentos à política? Não.

A XI edição do Parlamento dos Jovens, que se preparou ao longo de todo o ano lectivo, foi, inicialmente, espaço para debate e discussão ao nível escolar, com a formação de listas. Após momento de campanha e de ida dos estudantes às urnas, foram eleitos os deputados que apresentaram ao nível distrital um projecto de recomendação para o tema “Crise Demográfica:

Emigração, Natalidade e Envelhecimento”. Em Lisboa, 27 escolas secundárias do distrito levaram a debate os seus projectos ficando aprovado aquele que iria a discussão na primeira de quatro comissões da sessão de 26 de Junho, em conjunto com outros projectos de outros círculos eleitorais de todo o país, mas não só.



Pedro Alves e Miguel Cruz, deputados da Escola Secundária de Santa Maria de Sintra, que integraram o círculo de Lisboa, estiveram presentes na sessão de 26 e 27 de Maio, na Assembleia da República.

Abaixo o estigma social de que os jovens de hoje em dia não se preocupam com a política. Dêem-lhes as ferramentas. A sessão nacional do Parlamento dos Jovens realizada no passado dia 26 e 27 de Maio mostrou que os jovens portugueses estão atentos, numa óptica de resolução, aos problemas e à atual conjuntura política do país. Com o tema “Crise Demográfica:

Emigração, Natalidade e Envelhecimento”, 130 alunos de 65 escolas debateram propostas que não se limitaram a meras políticas natalistas: foram mais além, em busca de soluções profundas para um problema que é profundo. Fazendo justiça ao tema, participaram também nesta edição do Parlamento dos Jovens, escolas de Macau e de Timor.

Democracia não é só voto: é também a possibilidade de discutir ideias

No primeiro dia da sessão nacional, quatro comissões moderadas por deputados da Assembleia da República foram espaço de debate entre círculos eleitorais. Na primeira comissão, moderada pelos deputados Pedro Pimpão e Duarte Marques do PSD, estiveram em discussão os projectos de Viana do Castelo, Lisboa, Beja, Açores, Macau e Timor. Foi aprovado, como projecto base, o de Lisboa com as seguintes medidas:



Primeira comissão reunida durante mais de três horas.

1. Diminuição do IRC para empresas que se comprometam a criar emprego jovem. A redução do IRC estará também disponível para empresas que disponibilizem serviços de creche aos seus colaboradores.

2. Criação de condições favoráveis à natalidade no sentido de proporcionar aos casais um ambiente propício ao bem estar familiar, facilitando o arrendamento habitacional jovem e aumentando a licença de parentalidade para 36 semanas, assegurando as regalias laborais.

3. Obrigatoriedade da introdução do número de elementos do agregado familiar para o cálculo de taxas, impostos e outras contribuições. Ex: IMI, Tarifa Familiar da Água, etc.

4. Revitalização das zonas rurais através de projectos de industrialização agropecuária, tendo em vista a criação de incentivos à instalação de jovens casais em zonas rurais, actualmente em processo de desertificação e com a construção ou organização de estruturas de apoio social, nomeadamente creches e centros de Tempos Livres; venda a preços simbólicos ou aluguer de terrenos municipais, para construção de casas, instalação de micro empresas, ou exploração agrícola, com o objectivo final de promover o desenvolvimento rural, evitando a litoralização, fomentando a fixação de populações, alterando os índices negativos da balança comercial e impedindo a emigração.

Um debate que foi mais além...

Os projectos de recomendação foram, numa primeira fase, discutidos e levados a aprovação na generalidade e, posteriormente, levados à discussão e aprovação na especialidade.

Para além das medidas de intervenção estrutural aprovadas em conclusão da reunião da comissão, muitos outros aspectos relacionados com o tema surgiram com o debate: a “subsidiodependência”, a liberalização da adopção, a xenofobia, a necessidade de apoio às famílias na gestão dos seus recursos, a emigração ilegal, a viabilidade de distribuição de senhas de alimentos às famílias e a possibilidade do fomento exagerado do emprego jovem contribuir para o aumento do desemprego das faixas etárias superiores. Muitas destas questões, tomadas com alguma controvérsia, geraram um debate que deveras aqueceu.

A segunda, terceira e quarta comissões aprovaram, respectivamente, os projectos base do Porto, Guarda e Braga.

Após duas refeições nos claustros da Assembleia da República, deputados, jornalistas e professores seguiram para as pousadas de Lisboa, Almada e Oeiras (INATEL).

Assembleia da República conta a sua história...



Assembleia da República começou por ser um mosteiro, no século XVI.

e fiscalizar o governo. Facto é que a teoria não se aplicou, na prática, muitas vezes na História, com destaque para o período da ditadura salazarista.

Que os jovens tomem por sua a Assembleia da República no exercício pleno dos seus direitos foi a mensagem transmitida por alguns dos deputados com quem falámos.

Começou por ser um Mosteiro. Em 1548, iniciou-se a construção de um convento para a Ordem de São Bento e, por se tratar de uma zona campestre, ficaria baptizado como o Mosteiro de São Bento da Saúde. Três séculos mais tarde, em 1820, a Revolução Liberal viria a trazer reformas. Com a Carta Constitucional de 1826, o mosteiro passaria a Palácio das Cortes. Só em 1910 é instituída a Assembleia da República, aquando da troca da estátua de D. Carlos pela Estátua da Assembleia da República. E é esta mesma assembleia que desde há mais de um século detém o poder de legislar

Sessão Nacional



À esquerda, João Cardoso, presidente da Mesa, ao centro, Ferro Rodrigues, Vice-Presidente da Assembleia da República e, à direita, Emídio Guerreiro, Secretário de Estado do Desporto e da Juventude.

O dia da sessão final começou às 10 horas na Sala do Senado. Aberta a sessão pelo presidente da mesa João Cardoso, o Vice-Presidente da Assembleia da República e Deputado Ferro Rodrigues congratulou todos os presentes por estarem a exercer os seus direitos políticos, afirmando que se estes “não forem defendidos podem se perder”.

“Direitos (...) se não forem defendidos podem se perder”

Emídio Guerreiro, Secretário de Estado do Desporto e da Juventude, sustentou a iniciativa do Parlamento dos Jovens como uma forma de integrar a juventude politicamente e reduzir, a longo prazo, a abstenção.

De seguida, discutiram-se as medidas dos projectos de recomendação resultantes das quatro comissões do dia anterior. Os deputados eliminaram 10 das 20 propostas aprovadas nas comissões. A eliminação processava-se através do voto, após a apresentação de um argumento a favor e de um argumento contra, apresentados por dois deputados. O projecto de recomendação final pode ser consultado em <http://app.parlamento.pt/webjovem2014/index.html>.

Em declaração final de porta-voz do círculo eleitoral de Lisboa, Miguel Cruz crê que “com este debate, ficámos hoje mais cientes daquilo que será preciso fazer quando tivermos a nosso cargo o poder para tomar as decisões”.

Jovens questionam deputados

Rita Rato, deputada do PCP, entende que “A questão demográfica tem muito mais a ver com o respeito pelos direitos das mulheres, de serem trabalhadoras e mães, do que com uma questão de mentalidades” e ainda que “muitas mães gostariam de ter filhos, mas quem sobrevive com 432 euros não pode ter filhos”.



Pedro Pimpão, deputado do PSD, analisa o problema através da pirâmide etária, que em Portugal se encontra invertida, afirmando que se deve inverter esta tendência e que tal “tem que ser feito com incentivos económicos para que os jovens possam avançar com os seus projectos de vida”.



Foi na Sala do Senado que foram levantadas questões aos deputados. A abstenção de 25 de Maio nas eleições europeias, a emergência de forças de direita no Parlamento Europeu, a fragmentação da esquerda como oposição ao actual governo e a excessiva tributação exercida sobre os contribuintes foram os grandes focos das questões. Para Pedro Pimpão, deputado do PSD, a abstenção pode significar que as pessoas não se revêm na Europa ou que não sentem vontade de participar. Já para Isabel Moreira, deputada do PS, a abstenção nas europeias reflecte a distância que os cidadãos sentem relativamente à UE. Questionada sobre o não apoio da esquerda ao actual governo, Rita Rato, deputada do PCP, defendeu a necessidade de propostas alternativas, pelo que “o PCP não dá consenso a políticas que beneficiem os grupos económicos e desvirtuem a escola pública”. Mariana Mortágua alerta que hoje “não vivemos com um partido único e não queremos voltar a ele”. A respeito da natalidade, Isabel Moreira referiu que “a quebra da natalidade não se deve a hedonismo ou egoísmo, deve-se a más políticas”.

Conferência de imprensa

Demasiados alunos por turma, deficiente abrangência do Plano Tecnológico Para a Educação, congelamento das obras iniciadas pela empresa Parque Escolar, falta de investimento nalgumas vertentes do ensino com destaque para as zonas rurais e falta de diversidade de opções disciplinares de 12º ano foram temas chave na conferência de imprensa dada por Abel Monteiro, Presidente da Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura.



Abel Monteiro em conferência de imprensa.

Os jovens quiseram saber que respostas tinha o governo para lhes dar no que respeita às condições das suas escolas e no que de facto está a ser feito pelos problemas que os alunos sentem em todo o país. As obras inacabadas pela empresa Parque Escolar foram apontadas como causa de muitos dos problemas que os jovens sentem actualmente.

Mensagem de um balanço positivo



Ainda na Sala do Senado, Miguel Cruz deixou a sua mensagem aos deputados do Parlamento dos Jovens: “**Ter problemas na vida é inevitável, mas ser derrotado por eles é opção**”.